

AVISO DE PUBLICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO

Investimento RE-C02-i05 - Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis

N.º 01/CO2-i05/2022

**COMPONENTE 02 – Habitação
VERTENTE EMPRÉSTIMOS**



25 de maio de 2023

Alteração aos pontos: 2.1; 2.5; 3.3; 7



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Índice

Definições e Acrónimos	2
SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1. OBJETIVOS E PRIORIDADES	6
1.1 Metas e objetivos	6
1.2 Cumprimento do Princípio de “NÃO PREJUDICAR SIGNIFICATIVAMENTE”	7
2 Condições de acesso e de elegibilidade	8
2.1 Aplicação	8
2.2 Requisitos	8
2.3 Beneficiários Finais (BF)	10
2.4 Despesas elegíveis	10
2.5 Despesas não elegíveis	11
3 Condições de financiamento	11
3.1 Condições de atribuição do financiamento	11
3.2 Valores de financiamento	11
3.3 Encargos financeiros com o financiamento	12
3.4 Condições de manutenção do financiamento	12
3.4.1 Execução física e financeira do investimento	12
3.4.2 Vicissitudes ou atrasos na execução do investimento	13
4 Apresentação de candidaturas	14
4.1 Utilizadores da Plataforma	14
4.2 Utilização da Plataforma	14
5 Contratualização dos empréstimos com os BF	15
5.1 Libertação de tranches do empréstimo	15
5.2 Prazo de afetação	16
5.3 Recuperação do apoio financeiro	16
6 Forma da observância das disposições legais aplicáveis em matéria de Proteção de Dados, de Contratação Pública, Auxílios de Estado e Igualdade de Oportunidades e de Género.	17
7 Dotação do fundo do Programa	17
8 Ponto de Contactos, informações e esclarecimentos	18
9 Anexos	19
Anexo 1	19
Anexo 2	24
Anexo 3	26

Definições e Acrónimos

Sigla	Descrição
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BF	Beneficiários Finais, na aceção da alínea c) do n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, são as entidades responsáveis pela implementação e execução física e financeira de investimentos financiados no âmbito do Investimento RE-C02-i5 do PRR.
BI	Beneficiário Intermediário, a entidade pública responsável pela implementação de uma reforma ou investimento do PRR de acordo com a alínea b) do n.º5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio.
EMRP	Estrutura de Missão Recuperar Portugal, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021, de 4 de maio.
FNRE	Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado
Habitação	Cada uma das partes de um prédio, esteja ou não em regime de propriedade horizontal, que constitui uma unidade independente destinada a fins habitacionais e as respetivas partes acessórias destinados a garagem ou estacionamento e a arrecadação ou arrumos, que estejam afetos ao uso exclusivo da fração, bem como as áreas privativas de acesso e circulação e, se for o caso, a respetiva quota-parte nas partes comuns do prédio.
Habitação social	Habitação de custos controlados, nos termos da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, na sua redação atual.
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.
INE, I.P.	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Município	O município, incluindo as respetivas empresas, as juntas de freguesia ou as associações de municípios, que detenham os

Sigla	Descrição
	poderes para, diretamente ou através de entidade que as represente, agirem como EP.
NZEB	<i>Nearly Zero Energy Building</i> – Edifícios com necessidades quase nulas de energia
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
Programa	O “Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis” objeto do Investimento RE-C02-i05 do PRR
Rendas acessíveis	Rendas estabelecidas de acordo com o Programa de Arrendamento Acessível (Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22.05, na redação atual), do regime de arrendamento apoiado, (Lei n.º 81/2014, de 19.12, na redação atual) do regime de renda condicionada (Lei n.º 80/2014, de 19.12), do regime de habitação de custos controlados (Portaria n.º 65/2019, de 19.02, na redação atual) ou de programas municipais.
UE	União Europeia

SUMÁRIO EXECUTIVO

O investimento tem como objetivo responder à atual dinâmica de preços da habitação face aos níveis de rendimentos das famílias portuguesas, em especial em grandes ambientes urbanos, ao disponibilizar um parque público de habitações que poderão ser arrendadas a preços acessíveis por grupos-alvo específicos.

O presente Aviso estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à contratualização de empréstimos a conceder ao abrigo do programa “Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis” no âmbito do PRR (Investimento RE-C02- i05) entre o IHRU e os respetivos BF, em cumprimento das boas práticas de informação pública e conforme o disposto na Portaria n.º 193/2021, de 15 de setembro, na redação dada pela Portaria n.º 53-A/2022, de 24 de janeiro, que determina as orientações específicas relativas ao circuito financeiro aplicável aos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), recebidos da União Europeia a título de empréstimo.

A execução dos Investimentos previstos no PRR é objeto de contratualização pela EMRP com organismos públicos executores ou intermediários, sendo Beneficiários Intermediários (BI) as entidades públicas globalmente responsáveis pela implementação de um Investimento cuja execução é assegurada por entidades terceiras (BF).

O investimento, no seu todo, consistirá na construção de novos edifícios, na aquisição para reabilitação e na reabilitação de habitações públicas de modo a disponibilizar, pelo menos, 6 800 alojamentos e subsequentemente arrendá-los a preços acessíveis a grupos-alvo identificados. O empréstimo global disponível para este investimento é de 774,8 M€, sendo 607 M€ para financiamento de 5.210 alojamentos objeto de promoção direta pelo IHRU.

Enquanto BI, o IHRU atua como financiador das soluções habitacionais apoiadas com verbas do PRR na promoção de oferta habitacional com rendas acessíveis pelo FNRE e pelos municípios, através de programas municipais.

O montante dos empréstimos a conceder, enquanto BI, ascende a 167,8 M€ e destina-se a financiar a reabilitação, construção ou aquisição (incluindo, neste caso, a subsequente construção ou reabilitação) de imóveis destinados à promoção de arrendamento a custos acessíveis de pelo menos 1.590 habitações, a disponibilizar às famílias que não encontram respostas no mercado tradicional por incompatibilidade entre os seus rendimentos e os valores de renda praticados.

Os empréstimos são concedidos com condições de financiamento iguais às obtidas pelo Estado Português junto da União Europeia no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e nos termos da Decisão de Execução (EU) 2021/1095 da Comissão Europeia, de 2

de julho de 2021, sem quaisquer encargos ou comissões adicionais.

No quadro das condições do PRR, essa resposta deve ainda incorporar medidas associadas ao princípio de “Não prejudicar significativamente”, nomeadamente à dimensão ambiental, com elevados padrões de eficiência energética na promoção de construção nova, bem como melhoria do desempenho energético de edifícios objeto de reabilitação.

A operacionalização do Investimento RE-C02-i05 do Programa será coordenada pelo IHRU, em estreita colaboração com os municípios no que respeita à promoção municipal de habitações de rendas acessíveis.

Os requisitos, o modelo e os elementos complementares a que devem obedecer as candidaturas aos financiamentos com apoio do PRR e as condições de atribuição e manutenção desse apoio financeiro são as constantes do presente Aviso.

É fixada uma 1.ª fase de submissão das candidaturas com termo a 31 de dezembro de 2023 e o presente Aviso vigora até se esgotarem as verbas alocadas, sem prejuízo de poder ser revisto para as adequações que se revelem necessárias em função da sua aplicação.

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES

Nos termos do Investimento RE-C02-i05 “Parque público de habitação a custos acessíveis” do PRR, o foco essencial das intervenções financiadas é o de garantir a existência de oferta de habitações de rendas acessíveis no parque de habitação pública.

Este investimento incorpora ainda dimensões associadas ao ambiente no quadro do princípio de “Não prejudicar significativamente”, nomeadamente através da promoção quer da construção nova com elevados padrões de eficiência energética, correspondendo a necessidades de energia das novas habitações que vão além dos requisitos NZEB impostos pela legislação nacional (no mínimo, para um patamar 20% mais exigente que o NZEB), quer da reabilitação de edifícios que garanta a melhoria do seu desempenho energético, constando do Anexo 1 os correspondentes requisitos e casos de referência.

1.1 Metas e objetivos

Com este Aviso pretende-se garantir o arrendamento de 1.590 fogos a custos acessíveis até 30 de junho de 2026, o qual será assegurado pelos municípios e ou pelo Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE).

A promoção dessa oferta habitacional será materializada através da reabilitação, construção ou aquisição (incluindo, neste caso, a subsequente construção ou reabilitação) de imóveis para arrendamento acessível.

Dependendo o financiamento do PRR do cumprimento do objetivo de entrega das habitações aos agregados familiares até 30 de junho de 2026, constitui uma primeira prioridade para esse efeito a avaliação pelo IHRU do prazo de execução, incluindo a entrega das habitações objeto dos mesmos.

No mesmo sentido, cabe ao IHRU gerir e monitorizar os pedidos de empréstimo que lhe são apresentados para financiamento no âmbito deste investimento, por forma a assegurar o cumprimento das metas e do prazo aplicáveis ao Programa.

1.2 Cumprimento do Princípio de “NÃO PREJUDICAR SIGNIFICATIVAMENTE”

Uma das principais obrigações inerentes ao financiamento com verbas do PRR .é o cumprimento do Princípio de “NÃO PREJUDICAR SIGNIFICATIVAMENTE” nas suas várias expressões, em especial:

- A “Dimensão verde” - no sentido de, no caso de soluções de alojamento promovidas por via da reabilitação e da construção, ser assegurado o resultado obrigatório de os edifícios serem dotados de elevados padrões de eficiência energética.

A promoção de construção nova deve proporcionar um patamar de necessidades de energia, no mínimo, 20% mais exigente que os requisitos NZEB (*Nearly Zero Energy Building*), estes já determinados pelo Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 10 de dezembro, no que respeita ao consumo de energia primária, bem como, no caso de obras de reabilitação, uma melhoria do desempenho energético dos edifícios, constando do Anexo 1 os correspondentes requisitos e casos de referência.

Os requisitos relativos ao desempenho energético estarão plasmados nos processos de execução dos investimentos em construção de novos edifícios, nomeadamente nos cadernos de encargos e contratos dos respetivos projetos e empreitadas.

Visa-se, desse modo, potenciar a consecução de múltiplos objetivos, incluindo a redução da fatura e da dependência energética, a melhoria dos níveis do conforto e qualidade do ar interior, benefícios para a saúde, produtividade laboral e redução da pobreza energética. A “Economia circular”, incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos, devendo as obras ser promovidas nos termos do novo regime geral da gestão de resíduos e do novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que transpõe para a legislação nacional as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.

Nesses termos, deve ser assegurada a elaboração de um plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD), que constitui condição da receção da obra e cujo cumprimento, é demonstrado através da vistoria. Os operadores económicos responsáveis pela intervenção **devem garantir que, pelo menos, 70% (em peso) dos resíduos de construção e demolição não perigosos** (excluindo os materiais naturais referidos na categoria 17 05 04 na Lista Europeia de Resíduos pela Decisão 2000/532 / CE) produzidos serão preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, incluindo operações de enchimento usando resíduos para substituir outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos, recorrendo para o efeito a operadores de gestão de resíduos devidamente licenciados, sempre que a legislação nacional assim o exija.

2 Condições de acesso e de elegibilidade

2.1 Aplicação

O apoio reembolsável com verbas do PRR destinado ao Programa aplica-se a projetos:

- a) Com início a partir de 1 de fevereiro de 2020, considerando-se para o efeito, consoante o caso, a data do contrato de aquisição ou do contrato de empreitada;
- b) Em que o correspondente processo de entrega das habitações aos agregados, através de contrato de arrendamento a custos acessíveis, esteja concluído até 30 de junho de 2026;
- c) Com candidatura apresentada até 31 de dezembro de 2025.

A resposta em causa pode ser assegurada pela disponibilização de habitações através de:

- Construção;
- Reabilitação;
- Aquisição de imóveis, incluindo a subsequente construção ou reabilitação.

Os financiamentos com verbas do PRR são contratados até ser atingido o valor total das mesmas, podendo, porém, ser consideradas candidaturas apresentadas após a contratação global das verbas quando se verificar uma redução do valor total efetivamente executado.

Fases para submissão de candidaturas:

- 1.ª fase de submissão de candidaturas - até 31 de dezembro de 2023;
- 2.ª fase de submissão de candidaturas e subseqüentes – a definir de acordo com a dotação orçamental disponível.

Se a relação entre o valor da dotação disponível e o número de candidaturas a financiamento em condições de aprovação assim o justificar, poderá ser emitido Aviso de Abertura de Concurso com os requisitos para atribuição dos financiamentos.

2.2 Requisitos

Em consonância com os termos de aplicação do PRR no âmbito do Programa, são financiáveis os investimentos:

- Que tenham por objeto soluções habitacionais destinadas ao arrendamento com rendas acessíveis, na aceção constante das Definições do presente Aviso;
- Que evidenciem sustentabilidade económico-financeira capaz de garantir o retorno dos capitais mutuados, admitindo-se, no caso de insuficiência das receitas de exploração,

compromisso fundamentado da EP de afetação ao projeto de receitas com outras origens;

- Cujo plano total para a execução, para o financiamento e para o processo de entrega das habitações aos agregados a que se destinam, tenha, à data do pedido de financiamento, um estado de maturidade compatível com o cumprimento do termo de vigência do PRR, ou seja, esteja concluído até 30 de junho de 2026, contendo indicadores de realização e de resultado que permitam monitorizar a execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;

Isto significa que o plano de execução do investimento das soluções habitacionais a financiar tem de ser compatível com a entrega das habitações aos respetivos destinatários até 30 de junho de 2026, considerando-se para o efeito a data relativa à celebração dos contratos de arrendamento com os destinatários das habitações;

- No caso de aquisição de terrenos ou de aquisição de imóveis: estar em curso o processo de aquisição, comprovado com informação sobre a identificação do terreno ou do/s imóvel/is a adquirir, do/s respetivo/s vendedor/es e o/s respetivo/s preço/s, através de:
 - ✓ contrato-promessa; ou
 - ✓ comprovativo da decisão do órgão competente da EP sobre a aquisição.
- Em qualquer dos casos de realização de obras:
 - ✓ Ser demonstrado pelo programa preliminar ou, no caso de não haver lugar a este, por declaração do BF, estarem asseguradas as condições para o cumprimento dos requisitos do princípio “Não prejudicar significativamente”, em termos de reutilização, reciclagem e recuperação de materiais, de melhoria do desempenho energético nas obras de reabilitação e, no caso de construção, do cumprimento do requisito de eficiência energética e de procura de energia primária inferior em, pelo menos, 20 % ao requisito NZEB, bem como da correspondente certificação; e
 - ✓ O cronograma de execução física e financeira do investimento ser compatível com a consignação dos trabalhos físicos no prazo máximo de 1 ano após notificação do IHRU da aprovação do financiamento e com a conclusão das obras até 31 de março de 2026, contendo indicadores de realização e de resultado que permitam monitorizar a execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;
- Em que não exista cumulação de apoios para os mesmos custos financiados pelo Programa:
 - ✓ No âmbito do mesmo investimento, o financiamento com verbas do PRR não cobrir os mesmos custos apoiados por outros programas e instrumentos nacionais ou da União Europeia, conforme resulta da aplicação do artigo 9.º do Regulamento (EU) 2021/241, sem prejuízo de poderem ser objeto desses apoios outros custos do mesmo investimento não abrangidos pelo financiamento do Programa.

- ✓ No caso dos municípios situados nas Regiões Autónomas, não haver apoios ao abrigo dos Investimentos RE-C02-i03-RAM ou RE-C02-i04-RAA para o mesmo objeto de financiamento deste programa.

O IHRU, pode fazer as solicitações e pedir os esclarecimentos ao promotor ou a qualquer pessoa ou entidade relevante, que considere necessários quanto ao cumprimento dos requisitos de acesso ao financiamento, no âmbito e para efeito de decisão sobre os pedidos de empréstimo.

2.3 Beneficiários Finais (BF)

Têm acesso no âmbito do presente aviso, como BF dos empréstimos concedidos com verbas do PRR no âmbito do Programa, as seguintes:

- Os municípios, na aceção constante das Definições do presente Aviso;
- O Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE).

2.4 Despesas elegíveis

O financiamento com as verbas do PRR tem por objeto o investimento total relativo às soluções habitacionais preconizadas, designadamente:

- i. O preço das aquisições ou das empreitadas;
- ii. Os trabalhos e fornecimentos necessários às soluções de acessibilidades e de sustentabilidade ambiental e ao cumprimento de requisitos de eficiência energética e de procura de energia primária inferior em, pelo menos, 20 % ao requisito NZEB (necessidades quase nulas de energia), incluindo a certificação necessária para efeito do PRR;
- iii. As prestações de serviços conexas com as empreitadas, em especial relacionadas com projetos, fiscalização e segurança da obra;
- iv. Os encargos com a publicitação do financiamento do PRR, no local das obras de reabilitação ou de construção do edifício ou empreendimento financiado, após a conclusão das obras, no próprio edifício ou num dos edifícios do empreendimento;
- v. Os atos notariais e de registo de que dependa a regular contratação e garantia dos apoios.

2.5 Despesas não elegíveis

Não são elegíveis para financiamento com verbas do PRR:

- i. A parte das despesas indicadas no número anterior relativa ao IVA, salvo no caso de os BF se incluírem nas entidades previstas no n.º 18 do artigo 8.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023.
- ii. Os custos com áreas que, ainda que integrem o projeto da solução habitacional, se destinem a fins não associados à habitação, tal como é descrita em Definições do presente Aviso, podendo, no entanto, ser financiados por outros programas e instrumentos nacionais ou da UE, conforme resulta do artigo 9.º do Regulamento (EU) 2021/241.

3 Condições de financiamento

A concessão de empréstimos ao abrigo do Programa está sujeita ao quadro regulador constituído pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) estabelecido no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) da União Europeia para o período 2021-2026 e pelo disposto no presente Aviso.

3.1 Condições de atribuição do financiamento

A atribuição dos financiamentos no âmbito do Programa depende da apresentação dos pedidos de financiamento nos termos do presente Aviso e da legislação comunitária aplicável. Os BF devem garantir que cada processo de candidatura a financiamento contém a informação e os elementos instrutórios necessários nos termos indicados no Anexo 2 do presente Aviso, que deste faz parte integrante.

É igualmente obrigatória a publicitação do financiamento ao abrigo do PRR conforme o modelo de publicitação dos beneficiários do PRR, constante da Orientação Técnica n.º 5/2021 da EMRP, que constitui o Anexo 3 do presente Aviso.

3.2 Valores de financiamento

O financiamento a conceder no âmbito do Programa corresponde ao valor total das despesas elegíveis, indicadas no número 2.4 do presente Aviso, tendo como limites máximos os seguintes valores de referência aplicáveis:

- i. No caso de reabilitação, o preço máximo aplicável à reabilitação nos termos do regime de habitação de custos controlados, podendo ser aumentado até 25 % do seu valor em casos excepcionais devidamente fundamentados e aceites pelo IHRU, designadamente quando as obras devam ser precedidas de trabalhos prévios de demolição, contenção ou similares;
- ii. No caso de construção, o custo de promoção por metro quadrado estabelecido, conforme o tipo de áreas a financiar, no regime de habitação de custos controlados;
- iii. No caso de aquisição e ou infraestruturização de terrenos, o valor máximo do terreno, alterado pelo coeficiente relativo à sua titularidade, nos termos estabelecidos no regime de habitação de custos controlados, acrescido, se for o caso, do valor de referência do financiamento à infraestruturização, que corresponde a 10 % do custo de promoção;
- iv. No caso de aquisição e reabilitação, o produto das respetivas áreas brutas privativas pelo último valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares novos (euro), por concelho, divulgado pelo INE, I.P.

3.3 Encargos financeiros com o financiamento

A taxa dos encargos financeiros é calculada de acordo com a metodologia de afetação de custos constante da Decisão de Execução (EU) 2021/1095 da Comissão Europeia, de 2 de julho de 2021, a obter pelo IHRU junto do IGCP, face aos custos da parcela do “Recovery and Resilience Facility Loan Agreement” subjacente ao financiamento de cada tranche do contrato, sem quaisquer custos adicionais.

Os encargos financeiros vencem-se anualmente, na mesma data da parcela do “Recovery and Resilience Facility Loan Agreement” subjacente ao financiamento de cada tranche do contrato.

O reembolso do capital de cada tranche desembolsada é efetuado em 26 prestações, anuais, iguais e sucessivas, após o termo do período de carência de 4 anos da parcela do “Recovery and Resilience Facility Loan Agreement” subjacente ao seu financiamento, exceto no caso de disposição legal que determine a observação pelo BF de um período inferior para o efeito, e tem vencimento na mesma data da correspondente parcela do empréstimo da União Europeia.

3.4 Condições de manutenção do financiamento

3.4.1 Execução física e financeira do investimento

A manutenção do financiamento ao abrigo do Programa depende do cumprimento das obrigações assumidas nos termos do presente Aviso, bem como da legislação nacional e comunitária aplicável, e, em especial, da manutenção da compatibilidade do investimento objeto do financiamento com o prazo do Programa.

Neste sentido, os BF devem assegurar a entrega ao IHRU, de toda a informação e elementos necessários à monitorização e verificação da execução física e financeira de cada investimento em atenção ao cumprimento do prazo e condições do Investimento RE- C02-i05 “Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis” do PRR, em especial os dados que comprovem o regular e pontual cumprimento durante a execução dos investimentos em relação:

- ✓ À execução do investimento de acordo com o respetivo plano de execução física e financeira;
- ✓ Aos requisitos do princípio de “Não prejudicar significativamente e aos de eficiência energética e ou de procura de energia primária, nos termos determinados na legislação nacional e nas condições exigidas pelo PRR;
- ✓ Às condições e data de entrega das habitações objeto do investimento.

3.4.2 Vicissitudes ou atrasos na execução do investimento

São relevantes para a manutenção do financiamento no âmbito do Programa as vicissitudes ou atrasos na execução das soluções habitacionais que comprometam o cumprimento do cronograma de execução física e financeira do investimento objeto do financiamento, em especial:

- I. O desvio ao cronograma que, adicionado do prazo previsto para as fases a executar subsequentemente, não permita a conclusão das obras até final de 31 de março de 2026 e, em qualquer dos casos, a entrega das habitações até 30 de junho de 2026;
- II. Qualquer facto impeditivo da execução do investimento, no todo ou em parte; ou
- III. A existência de fundamento de resolução do contrato de financiamento.

Quando, no âmbito das suas competências de monitorização e verificação dos investimentos financiados pelo Programa, o IHRU, verifique a existência de uma das referidas vicissitudes ou atrasos deve:

- I. Promover a renegociação dos correspondentes contratos, se a natureza ou condições da vicissitude ou do atraso permitir a reformulação total ou parcial do investimento de forma que viabilize o cumprimento das condições e dos prazos

do Programa; ou

Nos casos em que o investimento já não seja compatível com o cumprimento das condições do Programa ou do respetivo prazo, propor à tutela setorial, após audição do BF, a exclusão desse investimento do Programa.

4 Apresentação de candidaturas

Os atos e comunicações referentes às candidaturas e aos processos de financiamento ao abrigo do Programa são realizados de forma desmaterializada na plataforma eletrónica disponível no Portal da Habitação na área do presente investimento e que se integra na plataforma de gestão do programa 1.º Direito.

Serão disponibilizados ficheiros de preenchimento para submissão das candidaturas enquanto alguma das funcionalidades da plataforma necessária para o efeito não estiver assegurada.

A seleção das candidaturas é feita de acordo com os critérios de elegibilidade previstos no ponto 2.2, sendo financiada até aos limites de financiamento referidos no ponto 3.2

4.1 Utilizadores da Plataforma

O acesso à plataforma será precedido de um pedido, efetuado no formulário disponível no Portal da Habitação através do link <https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/adp1dform>. para criação, para o efeito, de perfis de superutilizador e de utilizador.

As entidades que à data da publicação do presente Aviso já tenham acedido à plataforma podem continuar a utilizar as mesmas senhas de acesso, não necessitando de solicitar novos acessos.

4.2 Utilização da Plataforma

A utilização da Plataforma consta de Manual próprio disponível no Portal da Habitação.

Os utilizadores devem assegurar a submissão na plataforma eletrónica do 1.º Direito de toda a informação e elementos exigíveis no quadro do Programa em relação às candidaturas e aos processos de financiamento, sendo disponibilizada na plataforma uma área própria para mensagens e comunicações.

Apenas são considerados validamente apresentados os documentos ou os esclarecimentos e informações que sejam submetidas ao IHRU através da plataforma eletrónica nos termos

indicados no parágrafo anterior, podendo excecionalmente serem autorizadas pelo IHRU, outras soluções mediante solicitação prévia e devidamente fundamentada do utilizador.

É igualmente obrigatória a submissão no âmbito de cada processo de financiamento dos dados relativos à atribuição das habitações, à medida que esta for sendo efetuada, com a informação sobre os agregados e sobre os contratos de arrendamento com eles celebrados.

O IHRU, procederá à análise das candidaturas num prazo de 60 dias podendo solicitar esclarecimentos que entenda necessários.

5 Contratualização dos empréstimos com os BF

A formalização da concessão dos empréstimos com os BF é efetuada mediante a assinatura de contrato de empréstimo com o IHRU, nos termos do presente Aviso.

Os empréstimos serão garantidos por hipoteca constituída sobre os imóveis a objeto de financiamento ou por consignação de receitas quando permitida nos termos legais aplicáveis.

A utilização dos empréstimos é efetuada por tranches de 25% do valor do empréstimo apenas podendo ser superiores se corresponderem a trabalhos executados ou despesas realizadas e devidamente comprovadas ou no ato de realização do contrato de compra e venda, sem prejuízo da disponibilização das verbas para pagamento das despesas com adiantamentos a título de sinal ou de princípio de pagamento em contrato promessa, quando estes estiverem contratualmente estabelecidos.

Com exceção da primeira tranche, libertada após a celebração do contrato de financiamento e que assume a natureza de adiantamento, as tranches subsequentes serão disponibilizadas após demonstração da execução dos trabalhos de valor não inferior a 80% das tranches anteriores.

Os últimos 5% do financiamento apenas podem ser disponibilizados após entrega comprovada das habitações e relatório final aceite.

O contrato pode prever tranches de adiantamento em percentagem inferior se o valor e o prazo de execução do investimento assim o justificar.

5.1 Libertação de tranches do empréstimo

O pedido de libertação de cada tranche do empréstimo é efetuado nos seguintes termos:

- Primeira tranche:
 - Submissão na plataforma de pedido dirigido ao IHRU após celebração do

contrato de financiamento.

- Tranches subsequentes:
 - Mediante apresentação de pedido de libertação de verbas em formulário próprio, acompanhado dos documentos comprovativos da despesa efetuada e do respetivo pagamento.
- Todas as despesas apresentadas a pagamento devem indicar o nome e identificação do contratante e do subcontratante, caso o destinatário final dos fundos seja uma entidade adjudicante (contratação pública), ou dos fornecedores nos restantes casos.
- Os pedidos devem indicar os valores das despesas líquidos de IVA e o valor do IVA.

5.2 Prazo de afetação

As habitações de custos controlados financiadas com os empréstimos a que se refere o presente Aviso estão sujeitas, por um período de 25 anos, a contar da data de conclusão das obras de construção ou de reabilitação, a rendas acessíveis que não podem ultrapassar aos preços máximos de renda estabelecidos nos termos do Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio, na sua redação atual.

A referida sujeição aos limites de rendas acessíveis está sujeita a inscrição no registo predial, a efetuar com base em declaração emitida, para o efeito, pelo IHRU, I. P..

5.3 Recuperação do apoio financeiro

Sem prejuízo de outras sanções legais aplicáveis no caso concreto e assegurada a prévia audiência do BF nos termos do Código do Procedimento Administrativo, o financiamento do PRR atribuído deve ser devolvido, total ou parcialmente, conforme exigido pelo IHRU, ou, caso não o seja, recuperado por este, se necessário através do recurso a execução fiscal, nos termos estabelecidos no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 agosto, na atual redação, se o investimento não for executado ou concluído de acordo com as condições estabelecidas no presente Aviso e na legislação nacional e comunitária aplicável ao financiamento do investimento pelo Programa.

Há lugar à referida devolução em especial em qualquer um dos seguintes casos:

- Não celebração dos contratos de arrendamento com os agregados destinatários das habitações financiadas até 30 de junho de 2026;
- Não cumprimento, por facto imputável ao BF, de outras obrigações estabelecidas no

presente Aviso e na legislação nacional e comunitária aplicável ao financiamento do investimento pelo Programa;

- Não cumprimento das obrigações legais e fiscais do BF;
- Em virtude da prestação de informações falsas ou viciação de dados fornecidos no âmbito e para efeito da candidatura e da execução do investimento;
- Por ocorrência de situações de conflitos de interesses, de fraude, de corrupção ou duplo financiamento.

6 Forma da observância das disposições legais aplicáveis em matéria de Proteção de Dados, de Contratação Pública, Auxílios de Estado e Igualdade de Oportunidades e de Género.

Não se aplicam as disposições relativas a auxílios de Estado uma vez que os BF dos investimentos não são empresas na aceção do artigo 107.º do TFUE, mas entidades da administração central ou local ou do setor social.

Sempre que aplicável, os BF assumem a responsabilidade pelo integral cumprimento das regras de contratação pública em qualquer contratação efetuada no âmbito e para efeito da promoção dos investimentos relativos às correspondentes soluções habitacionais, impedindo qualquer auxílio de Estado a jusante.

No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com os financiamentos concedidos no âmbito do Programa que envolvam o tratamento de dados pessoais, os BF obrigam-se a observar o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e demais legislação aplicável nessa matéria.

7 Dotação do fundo do Programa

Investimento RE-C02-i05: Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis

Dotação total: 167,8 milhões de euros

Meta: Entrega de 1.590 habitações

Horizonte temporal: Termo em 30 de junho de 2026, com submissão das candidaturas até 31 de dezembro de 2023

Âmbito de aplicação territorial: Portugal Continental e Regiões Autónomas

8 Ponto de Contactos, informações e esclarecimentos

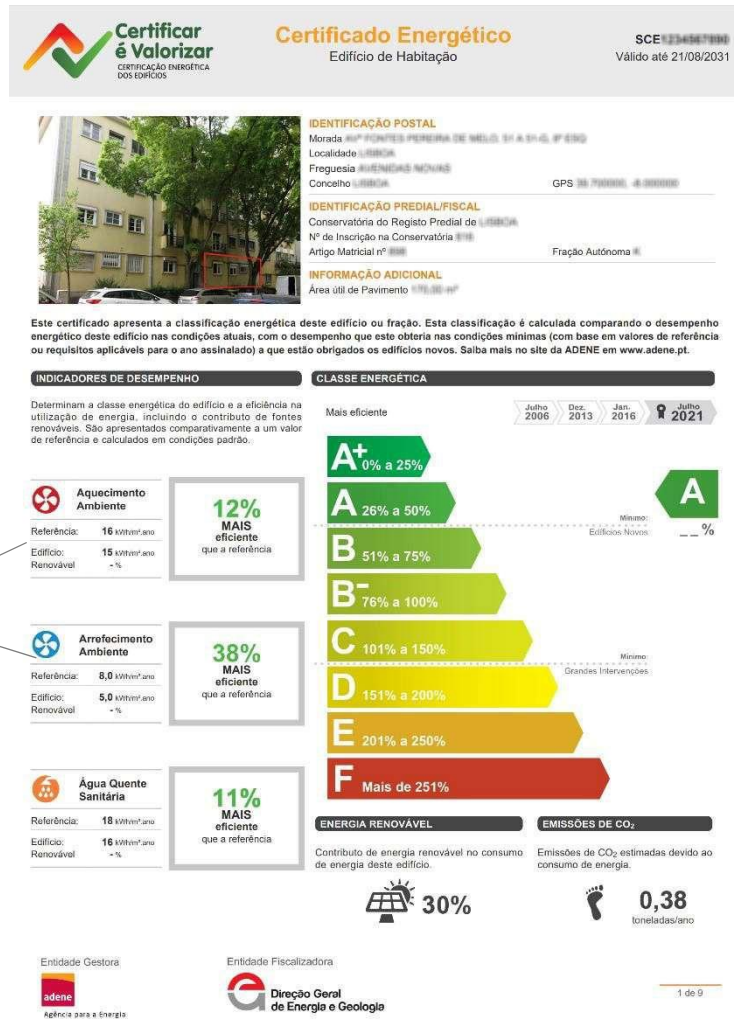
Os pedidos de esclarecimento e de informações relativos ao presente Aviso são efetuados através do endereço eletrónico pr-r-c02i05@ihru.pt

9 Anexos

Anexo 1

(A que se refere o n.º 1 do Aviso de Publicitação)
Requisitos de Eficiência Energética e de Necessidades de Energia Primária

- 1. Requisitos de Eficiência Energética na reabilitação**
 - a)** Reabilitação de imóveis que inclua melhoria do desempenho energético, evidenciado mediante certificação energética final que ateste uma melhoria de, pelo menos, 10% em relação ao indicador de desempenho de Aquecimento ou de Arrefecimento anterior à obra.
 - b)** No caso de obras iniciadas até 90 dias após a publicação do presente Aviso considera-se haver melhoria da eficiência energética quando as obras incidem, pelo menos, sobre 2 das seguintes componentes: substituição de janelas; isolamento térmico da envolvente; rede de gás; rede de eletricidade e rede de águas.



Melhoria de 10% após a obra num destes indicadores.

2. Requisitos de Eficiência Energética e de Necessidades de Energia Primária:

Construção de edifícios habitacionais, com necessidades de energia primária, pelo menos, 20% inferiores aos requisitos dos edifícios com necessidades quase nulas de energia.

O cumprimento deste requisito deve ser assegurado:

- Pelos técnicos autores, nos projetos de arquitetura e de especialidades que devem conter a definição da envolvente e dos sistemas técnicos;
- Pelo perito qualificado do SCE, na certificação energética do imóvel com base na informação disponível nos diversos projetos.

Definição de edifícios com “necessidades quase nulas de energia” (nZEB - nearly Zero-energy buildings)

- 2.1.1.** Os requisitos mínimos a verificar pelos edifícios de habitação novos no que respeita à classificação como edifícios com “necessidades quase nulas de energia”, encontram-se definidos no n.º 1 do Anexo ao Despacho n.º 6476-E-2021, de 1 de julho, que aprova os requisitos mínimos de conforto térmico e de desempenho energético aplicáveis à conceção e renovação dos edifícios, publicado ao abrigo do disposto no n.º 13 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 20 de dezembro.
- 2.1.2.** De acordo com o disposto na Tabela 1 do Anexo referido no ponto anterior, a definição de nZEB é dada pela verificação cumulativa das seguintes condições:

Tipo de requisito	Zona climática		
	I1	I2	I3
Conforto térmico			
Necessidades de aquecimento	$N_{iC}/N_i \leq 0,75$	$N_{iC}/N_i \leq 0,85$	$N_{iC}/N_i \leq 0,90$
Necessidades de arrefecimento	$N_{vC}/N_v \leq 1,00$		
Desempenho energético			
Classe energética	Igual ou superior a A		
Energia primária total	$R_{NT} \leq 0,50$		
Energia primária renovável	$Ren_{Hab} \geq 0,50$		

Em que:

- a) N_{iC} corresponde ao valor das necessidades nominais anuais de energia útil para aquecimento;
 - b) N_i corresponde ao valor limite do indicador N_{iC} ;
 - c) N_{vC} corresponde ao valor das necessidades nominais anuais de energia útil para arrefecimento;
 - d) N_v corresponde ao valor limite do indicador N_{vC} ;
 - e) R_{NT} corresponde à relação entre o valor das necessidades energéticas nominais de energia primária (N_{TC}) e o valor limite para estas necessidades energéticas (N_T);
 - f) Ren_{hab} corresponde à relação entre a energia primária total renovável para autoconsumo nos usos regulados do edifício e a energia primária total para o uso de água quente sanitária (AQS).
- 2.1.3.** Em complemento, o Manual do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), aprovado pelo Despacho n.º 6476-H-2021, de 1 de julho, prevê

no ponto 16.2 que os edifícios que se situam na região climática I1, possam gozar da faculdade de consideração das necessidades de aquecimento nulas, quando estes verificarem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Relação N_{IC}/N_I inferior ou igual a 60%;
- b) Fator solar máximo (gT_{max}) inferior ou igual a 0,15.

2.1.4. As regiões climáticas podem ser consultadas no ponto 5.3 do Manual referido no ponto anterior.

Definição de “nZEB+20%”

- 2.1.5.** O conceito de edifícios de habitação com um desempenho 20% melhor que o nZEB, adiante designado por “nZEB+20%” não se encontra definido na legislação, no entanto, a definição aponta para uma melhoria a traduzir-se numa redução das necessidades energéticas nominais de energia primária.
- 2.1.6.** A avaliação do cumprimento do padrão “nZEB+20%” deverá ser feita tendo como referência o valor resultante da aplicação de uma redução de 20% ao valor limite do R_{NT} referido na alínea e) do ponto 2.1.2.
- 2.1.7.** Considerando que o cumprimento do padrão nZEB implica que a classe energética seja igual ou superior à classe A e que o R_{NT} limite desta classe é 0,50, para o cumprimento do nZEB+20%, o valor limite do R_{NT} será de 0,40.
- 2.1.8.** Para além do disposto no ponto anterior, os restantes requisitos do padrão nZEB aplicam-se de igual forma ao padrão nZEB+20%.

Evidências do cumprimento do nZEB+20%

A comprovação e a evidenciação do cumprimento do “nZEB+20%” é feita através da verificação da folha de rosto do Certificado de Eficiência Energética:

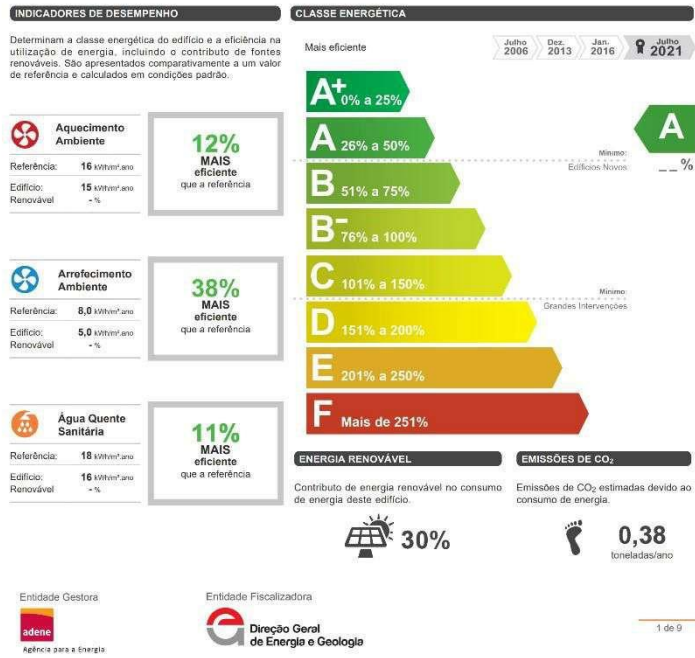


IDENTIFICAÇÃO POSTAL
Morada: AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 51 A 51-A, 1.º AND.
Localidade: LISBOA
Freguesia: AVENIDAS NOVAS
Concelho: LISBOA GPS: 38.710000; -9.080000

IDENTIFICAÇÃO PREDIAL/FISCAL
Conservatória do Registo Predial de LISBOA
N.º de Inscrição na Conservatória: 1118
Artigo Matricial n.º: 8888 Fração Autónoma: 11

INFORMAÇÃO ADICIONAL
Área útil de Pavimento: 110,00 m²

Este certificado apresenta a classificação energética deste edifício ou fração. Esta classificação é calculada comparando o desempenho energético deste edifício nas condições atuais, com o desempenho que este obteria nas condições mínimas (com base em valores de referência ou requisitos aplicáveis para o ano assinalado) a que estão obrigados os edifícios novos. Saiba mais no site da ADENE em www.adene.pt.



A classe energética tem de ser igual ou superior a A

Este valor tem de ser menor ou igual a 40%

Anexo 2

(A que se refere o n.º 3 do Aviso de Publicitação)

Elementos instrutórios das candidaturas

Os BF devem garantir que cada processo de candidatura a financiamento contém a informação e elementos relevantes para efeito das obrigações constantes do presente Aviso e de reporte do IHRU, enquanto BI, incluindo os seguintes:

- a) Descrição da operação em atenção ao cumprimento do estabelecido, quer no artigo 360.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, quer no artigo 22.º do Regulamento (UE) 2021/241, designadamente:
 - I. Descrição e valores do investimento que é objeto do financiamento com verbas do PRR e, se for o caso, da parte do investimento que não é abrangido;
 - II. Plano do financiamento do investimento com as verbas do PRR em função do cronograma da execução do mesmo, físico e financeiro, incluindo, se for o caso, a identificação das fontes de financiamento destinadas a cobrir a parte não financiada com aquelas verbas.
- b) Informação e elementos sobre a metodologia e indicadores a aplicar pelos BF para efeito de controlo da execução dos seus investimentos de acordo com o respetivo cronograma;
- c) Declaração referente ao cumprimento das obrigações principais de:
 - I. Não cumulação de outros apoios relativamente a custos financiados pelo Programa e, se aplicável, informação sobre os apoios que abrangem outros custos do mesmo investimento;
 - II. Entrega ao IHRU, de toda a informação necessária para efeito das obrigações de reporte deste enquanto BI do Programa;
 - III. Compromisso de utilização e tratamento dos dados pessoais relativos à informação a recolher apenas para os fins do Programa e, no âmbito da execução do PRR, pela duração das auditorias de quitação e dos processos de controlo relacionados com a utilização dos fundos.
- d) Plano que demonstre a sustentabilidade económico-financeira do investimento capaz de garantir o retorno dos capitais mutuados, ou, no caso de insuficiência das receitas de exploração, declaração de compromisso, fundamentado, de afetação ao projeto de receitas com outras origens;
- e) No respeito pela proteção dos interesses financeiros da UE e pela prevenção das situações de fraude, corrupção e conflitos de interesses, e, como condição para receber os fundos do PRR, Declaração em como se compromete a:

- I. Assegurar a autenticidade e segurança da informação prestada, através de sistemas de autenticação e assinatura eletrónica, nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho;
- II. Conservar os documentos relativos à realização dos investimentos financiados pelo Programa, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, preferencialmente em suporte digital, durante o prazo de 6 anos;
- III. Autorizar o acesso, tratamento e divulgação dos dados necessários ao cumprimento das regras de gestão e de monitorização das verbas do Programa e das regras da transparência, bem como o acesso a bases de dados públicas, designadamente do ficheiro nacional de pessoas coletivas do Instituto de Registos e Notariado, I.P., dos dados da Autoridade Tributária e do sistema de dívidas à Segurança Social, quando aplicável;
- IV. Conferir à Procuradoria Europeia, ao OLAF, ao Tribunal de Contas, ao IHRU, e, se for caso disso, às demais autoridades nacionais competentes, nos termos do artigo 129.º do Regulamento (UE) 2017/1939 e do Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, os direitos e o acesso necessários para que aquelas entidades exerçam de forma abrangente as respetivas competências, incluindo, se for o caso:
 - Conferir os direitos de efetuar inquéritos e verificar e inspecionar no local a realização física e financeira e a legalidade dos projetos aprovados e executados pelos BF;
 - Assegurar que os terceiros envolvidos na execução dos fundos do PRR concedem àquelas entidades direitos e acesso equivalentes.

□

□

Anexo 3



ORIENTAÇÃO TÉCNICA N.º 5/2021

Guia de Comunicação e Informação
para os beneficiários do PRR

(A que se refere o n.º 3 do Aviso de Publicitação)

ORIENTAÇÃO TÉCNICA N.º 5/2021

Guia de Comunicação e Informação para os beneficiários do PRR

Versão: 3.0

Proposta: 20 maio 2022

Aprovada: 20 maio 2022

Nota:

Esta Orientação Técnica foi elaborada pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal e é parte integrante do sistema de gestão e controlo do PRR e das obrigações de comunicação e informação nele previstas, a implementar pela Recuperar Portugal. Esta Orientação Técnica tem como finalidade garantir o cumprimento eficaz dos procedimentos em matéria de comunicação previstos no DL n.º 29B/2021 de 4 de maio, no respeito pelo artigo 34.º do Regulamento da (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e das obrigações assumidas por Portugal no protocolo de Financiamento e de Empréstimo assinado com a Comissão Europeia.

A OT define o quadro de orientações técnicas para proceder à promoção e divulgação dos fundos PRR, nomeadamente junto dos Beneficiários.

No âmbito da revisão da presente OT foi aprovado, em anexo, o respetivo Guia de Comunicação e Informação para os Beneficiários do PRR, que se constitui como respetiva parte integrante, para todos os efeitos legais.

Índice

Definições e Acrónimos	3
Sumário executivo.....	4
Comunicação interpares	5
Comunicação e apoio aos beneficiários.....	6
Princípios Gerais.....	6
Orientações Técnicas	8
Sítios web	8
Plataformas de Serviços	9
Documentos, sessões públicas, informação à população.....	9
Formação e capacitação	10
Colocação dos logos em equipamentos.....	10
Capitalização das empresas	11
Vídeos, anúncios, filmes e redes sociais	11
Rádio, podcast, anúncios e programas	12
Painéis e banner em sessões públicas	12
Visibilidade dos projetos no local operações inferiores a € 0,5 M	12
Operações superiores a € 0,5 M	14
Painéis ou placas permanentes.....	16
Participantes nos projetos	17
Modelos de apoio aos beneficiários	17

Definições e Acrónimos

Sigla	Descrição
BD	Beneficiário Direto, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021 , que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do PRR
BI	Beneficiário Intermediário, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021 .
BF	Beneficiário Final, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021 .
EMRP ou Recuperar Portugal	Estrutura de missão Recuperar Portugal, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021 .
OT	Orientação Técnica, estabelecida pela EMRP tendo em vista assegurar a execução mais eficaz e eficiente ao abrigo dos - artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021 .
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência

Gestão do documento

Versão	Aprovação	Observações
1.0 – Versão inicial	24 de agosto 2021	
2.0 – Versão revista	12 de janeiro 2022	Com Guia de Comunicação em anexo
3.0 – Versão revista	20 de maio 2022	Inserção de link para o Guia de Comunicação Actualizado

Sumário executivo

O presente Guia de Informação e Comunicação define as normas de comunicação e informação a adotar pelas entidades gestoras e pelos beneficiários diretos, beneficiários intermediários e beneficiários finais dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No documento estão contextualizadas as diferentes situações de comunicação e exemplificados os modelos ou orientações a adotar pelos beneficiários diretos, intermediários e finais.

No cumprimento do DL 29-B/2021 de 4 de maio, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal, através do PRR, a equipa de gestão tem a obrigação de disponibilizar informação atualizada, simples e acessível, sobre os diferentes projetos que nele se integram e sobre a sua execução global, bem como garantir que em todos os suportes de comunicação está salvaguardada a imagem da União Europeia (UE).

O programa “NextGenerationEU” assume-se quer como um estímulo de natureza financeira capaz de alavancar a recuperação económica ao nível da UE, quer como um novo impulso ao projeto europeu, reforçando os laços de solidariedade entre Estados Membros (EM), constituindo-se como fator de união entre povos, tendo a Recuperação e a Resiliência como denominadores comuns.

Comunicação interpares

A estrutura do PRR introduz novidades, quando comparada com outros instrumentos de financiamento comunitários, reforçando a necessidade de criar canais de comunicação e informação com múltiplos parceiros. Nesta arquitetura devem estar ressalvados os interesses e reporte junto dos representantes da Comissão Europeia (CE).

A Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) tem designada uma coordenadora de comunicação que, por inerência de funções, integra a rede europeia de coordenadores de comunicação dos Programas de Recuperação e Resiliência dos EM e o seu intercâmbio com os representantes da CE, tendo como objetivo potenciar uma atuação integrada na promoção, notoriedade e transparência da informação.

A nível nacional a EMRP interage com as estruturas de comunicação dos beneficiários intermediários e com a Agência de Desenvolvimento e Coesão, I.P., entidade coordenadora dos fundos do Portugal 2030, nas respetivas esferas de competência.

No cumprimento do artigo 34º do Regulamento da (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), a CE pode realizar ações de comunicação destinadas a assegurar a notoriedade da UE no que respeita ao apoio financeiro previsto no PRR, nomeadamente através de ações conjuntas com a entidade gestora nacional. É obrigação da EMRP garantir o acesso aos materiais de comunicação do PRR nacional, livres de direitos de autor, quando aplicável.

Em todos os documentos produzidos para comunicação interpares e nas reuniões com maior interesse público devem ser visíveis os logótipos do PRR nacional e o emblema da UE aplicável aos Fundos da Next Generation EU.

Comunicação e apoio aos beneficiários

Princípios Gerais

- O Guia de Comunicação do PRR segue, com algumas inovações, as linhas gerais dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), atendendo à natureza excecional deste instrumento de financiamento.
- Dando cumprimento ao Acordo de Financiamento do PRR, assinado entre Portugal e a CE, a comunicação das medidas e a sua execução deve ter sempre presente o papel relevante da CE na construção de uma Europa mais una e solidária.
- O princípio da transparência exige da parte dos beneficiários o compromisso com a comunicação destes apoios e dos seus resultados, contribuindo para o reforço da cidadania europeia.
- As obrigações de garantir a visibilidade do apoio financeiro dos fundos NextGeneration EU são extensíveis a equipamentos físicos que resultam do investimento, designadamente a compra de equipamentos e materiais informáticos, veículos rodoviários, de mobilidade suave ou outros, equipamentos de suporte hospitalar ou de apoio às atividades económicas objeto de investimento do PRR. Em todos os casos será encontrada uma solução gráfica para a aplicação dos logotipos obrigatórios do PRR e do símbolo NextGeneration EU. As exceções a esta regra serão analisadas previamente, caso a caso, com os coordenadores da Estrutura de Missão Recuperar Portugal e com a responsável da Comunicação e Imagem do PRR, que assegurará a articulação com os representantes da Comissão Europeia.
- As obrigações de informação e comunicação dos financiamentos PRR seguem as orientações previstas na legislação da UE e nacional e devem ser cumpridas pelos beneficiários após assinatura do termo de aceitação ou celebração do contrato subsequente à aprovação da operação.
- O incumprimento das obrigações, em matéria de comunicação e transparência dos projetos ou iniciativas apoiadas pelo PRR, poderá suscitar a aplicação de medidas penalizadoras no acesso aos fundos para a operação em causa.

- O conceito de comunicação externa abrange todos os materiais informativos produzidos entre os parceiros e todos os materiais utilizados como suporte de comunicação com os cidadãos, seja em ações diretas ou através dos media.
- Os BI e BD devem desenvolver uma estratégia de Comunicação que informe os cidadãos de todas as reformas e investimentos que estão sob a sua gestão, após a contratualização como EMRP. As ações de Comunicação devem ser concertadas com esta estrutura de forma a garantir maior escala no impacto a alcançar.
- Todas as ações de informação e comunicação realizadas pelos beneficiários devem reconhecer o apoio dos fundos, apresentando a insígnia da UE com uma referência por extenso à União Europeia e ao mecanismo de referência (Next Generation EU).
- As intervenções no âmbito do PRR têm uma natureza diversa pelo que é difícil a apresentação exhaustiva de exemplos de aplicação da barra de financiamento e da aposição dos dois logós PRR e NextGeneration EU. Os exemplos deste guia carecem em determinados casos de uma confirmação junto da Recuperar Portugal.
- Tanto, o símbolo do PRR como o símbolo da UE devem ser utilizados de preferência a cores e de forma bem visível nos documentos ou materiais utilizados, não devendo nunca ter uma dimensão inferior em relação a outros logótipos. Esta orientação aplica-se aos logótipos que compõem a barra de financiamento (marca PRR e insígnia UE) e a todos os outros cujo envolvimento no projeto ou ação determinem a sua presença.
- Nos casos em que as ações se desenvolvam, total ou parcialmente, antes da assinatura do termo de aceitação ou da celebração do contrato, recomenda-se como boa prática que os beneficiários assegurem, de forma diferida, a informação/comunicação dos apoios.

Orientações Técnicas

Sítios web

A Estrutura de Missão Recuperar Portugal disponibiliza a todos os beneficiários diretos e intermediários o guia de informação e comunicação, o qual deve ser adotado em todas as peças de comunicação de projetos e atividades financiadas pelo PRR.

À semelhança do regulamento aprovado para os fundos comunitários aplicável ao período 2021/2027, (Regulamento UE, 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, in capítulo II, secção II), e de acordo com as normas do Regulamento da (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, os beneficiários diretos, intermediários e finais devem disponibilizar nos seus sítios web e nas redes sociais, sempre que existam, uma breve descrição da operação incluindo os seus objetivos e resultados, realçando sempre o respetivo apoio financeiro do PRR e da UE.

As páginas web devem ter visíveis as barras de financiamento aplicáveis de acordo com o ponto 10º deste guia. Os beneficiários podem optar pela simplificação do banner de financiamento colocando apenas os dois logos obrigatórios (PRR e NextGeneration EU). As infografias e imagens gráficas utilizadas nas redes sociais para divulgar os investimentos devem utilizar também a identificação das duas imagens com a respetiva descrição escrita que faz parte integrante dos logotipos.

As páginas web dos parceiros devem fazer referência explícita ao sítio web do PRR com a referência a www.recuperarportugal.gov.pt.

Plataformas de Serviços

No âmbito das dimensões Transição Digital e Resiliência são muitas as reformas e investimentos destinados a criar plataformas de serviços *on line*, garantido a universalidade e maior acessibilidade a todos aos serviços da administração pública, seja qual for a localização geográfica ou condição socioeconómica dos cidadãos.

Nestes casos, o design das páginas das plataformas de serviços ou dos portais de informação deve ter em todas as páginas um rodapé permanente com a barra de financiamento respetiva, prevista neste guia..

Documentos, sessões públicas, informação à população

Todos os documentos utilizados na comunicação com o público ou participantes em colóquios, workshops e outros eventos de divulgação pública, sejam sessões presenciais ou digitais, devem utilizar num espaço visível a barra de financiamento respetiva, disponibilizada neste guia, que poderá ser descarregada a partir do site www.recuperarportugal.pt, ou dos sítios web de cada um dos beneficiários intermediários e Beneficiários Diretos.

Os beneficiários diretos, intermediários e finais devem garantir que os participantes nos projetos ou nas ações financiadas são informados dos apoios da UE, quer pela utilização de barras de financiamento em documentos e outros suportes, quer pela aposição de cartazes e painéis no local onde decorrem as atividades.

Devem ainda ser incentivadas formas mais ativas de divulgação dos apoios, designadamente junto dos beneficiários finais (envio de newsletters, mensagens eletrónicas, organização de videoconferências, sessões públicas, redes sociais, etc.)

Para as operações de importância estratégica e para as intervenções financiadas cujo custo total seja superior a € 10 M, os beneficiários diretos e beneficiários finais devem organizar um evento ou uma atividade de comunicação com relevante impacto mediático, consoante o caso, envolvendo em tempo útil a CE, a EMRP e outras entidades nacionais relevantes no contexto da intervenção financiada.

Todas as ações do PRR devem ser anunciadas e explicadas aos beneficiários diretos e à população em geral, cumprindo todas as regras da comunicação e transparência.

Nos casos em que não é possível, pela natureza do investimento, colocar a imagem das entidades financiadoras (PRR /NextGenerationEU) os beneficiários devem encontrar um local com visibilidade para colocar um cartaz promocional, onde se faz referência à intervenção aos impactos positivos para a população e o montante total do investimento.

Formação e capacitação

As ações de formação e capacitação tanto em ambiente laborar, em contexto universitário, ou outro, financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência devem garantir a visibilidade do financiamento através da aposição da barra de financiamento nos diplomas de conclusão da formação. A sebentas, materiais digitais, ebooks, powerpoint, brochuras de apresentação de trabalhos, livros e relatórios sobre a formação respetiva devem ter sempre a colocação da barra de financiamento em local visível. As instituições devem garantir juntos dos formandos que, respeitando a autoria dos mesmos, os trabalhos finais poderão ser disponibilizados para divulgação no âmbito do Plano de Comunicação do PRR.

Colocação dos logos em equipamentos

As intervenções previstas no PRR têm uma natureza diversa, por isso são aqui identificadas algumas situações mais comuns. Em caso de dúvida devem os beneficiários contactar a Recuperar Portugal.

Por regra, a visibilidade nos equipamentos informáticos será garantida através da colocação de um autocolante com a barra financiamento. O mesmo é aplicável a equipamentos de suporte (médico ou outro) onde esta solução seja exequível.

No caso de equipamentos de pequena dimensão em que a colocação do autocolante não seja possível, a referência à intervenção do PRR deve ser feita através da colocação de um cartaz num local visível (na entrada de um hospital ou centro de saúde, de uma escola, creche etc).

A aquisição de veículos (rodoviários ou outros) ou equipamentos de trabalho de grande dimensão (gruas por exemplo) deve ser ponderado um material de suporte para a colocação da barra de financiamento ou dos logotipos do PRR e NextGeneration EU. Há situações em que basta um autocolante em lugar visível do exterior, mas no caso de equipamentos de trabalho intensivo deverá ser ponderada a utilização de um material mais resistente ao uso. Considerando a diversidade de veículos, devem os beneficiários propor uma solução aplicável à viatura em causa. A resposta da Recuperar Portugal será dada em 24 horas. As exceções à regra de identificação dos veículos são analisadas caso a caso com a EMRP.

Nos investimentos destinados à construção e requalificação de habitações e/ou equipamentos aplica-se a regra dos painéis que assinalam as intervenções no terreno.

Capitalização das empresas

Os investimentos na capitalização das empresas devem constar em página dedicada nos websites das empresas e dos consórcios selecionados nos investimentos apoiados pelo PRR. As páginas web e as redes sociais associadas devem dar informação detalhada sobre a natureza dos investimentos e dos objetivos a atingir. A visibilidade destes investimentos deve também ser garantida nas páginas dos BI e BD. Em todos os suportes devem as entidades fazer referência ao website do PRR em www.recuperarportugal.gov.pt.

Vídeos, anúncios, filmes e redes sociais

Os vídeos ou outro material audiovisual financiados por fundos do PRR devem ter no final, antes da ficha técnica, a barra de financiamento seguida da referência ao site www.recuperarportugal.gov.pt.

Esta informação deve aparecer separadamente da referência a quaisquer outros apoios ou logotipos de outra natureza. Sempre que possível, deve privilegiar-se a mensagem # **Recuperação em Ação** no *storytelling* dos suportes audiovisuais.

Esta mensagem deve constar nas publicações nas redes sociais, associadas ao financiamento PRR.

Rádio, podcast, anúncios e programas

Nos anúncios, programas de rádio e podcast é obrigatória a referência explícita ao financiamento do PRR e da NextGeneration EU. Nos casos de um pequeno anúncio pode ser usada a abreviatura PRR.

No entanto, em programas a designação PRR deve ser feita por extenso (Projeto/Investimento apoiado pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, e pelos Fundos Europeus Next Generation EU).

Tanto nos vídeos como na rádio deve ser feita referência a mais informação no website www.recuperarportugal.gov.pt

Nos anúncios para a Imprensa é obrigatória a utilização da barra de logos, bem como a identificação do sítio web da Recuperar Portugal.

Painéis e banner em sessões públicas

A utilização dos logos em banner e painéis de suporte para sessões públicas ou workshops segue as regras da eficácia na boa comunicação. A mensagem nos banner ou painéis que têm uma área de impressão até ao chão deve ocupar uma mancha gráfica de 2/3 na parte superior. É dentro dessa mancha gráfica que deverá também ser colocada a barra de financiamento respetivo.

Visibilidade dos projetos no local

Placas e Cartazes | operações inferiores a € 0,5 M

Com o objetivo de dar plena visibilidade aos projetos financiados durante a sua execução, os beneficiários devem colocar em local público visível pelo menos um cartaz promocional alusivo ao apoio da UE, com uma dimensão mínima A3 no caso de projetos com apoio público inferior a € 0,5 M. Caso se aplique, a informação pode estar visível num ecrã eletrónico. Nos exemplos apresentados neste guia as caixas de texto devem ser substituídas pela informação. Exemplo:

(No local da entidade promotora) Instituto Nacional para a Reabilitação e Câmara de Vila Viçosa

(Descrição do projeto) Acessibilidade 360º | Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos
Construção de rampas, plataformas elevatórias e espaços para estacionamento de viaturas

(Objetivos)

Garantir a plena acessibilidade aos serviços públicos a cidadãos com mobilidade reduzida.

Igualdade de Oportunidades

Inclusão Social

(Investimento) Colocar o valor desta empreitada / aquisição

Consultar layout dos cartazes no Guia de Comunicação disponível no site Recuperar Portugal
<https://recuperarportugal.gov.pt/comunicacao>

Operações superiores a € 0,5 M

Nas operações de financiamento e construção de infraestruturas incluindo em sistemas de incentivos, com um valor de apoio superior a € 0,5 M os beneficiários devem colocar um painel de grandes dimensões - 100cm (L) x 150cm (A), ou superior – com a respetiva barra de financiamento, em local público próximo das empreitadas ou locais das intervenções.

Em operações integradas cuja intervenção se realize em mais do que um território, a sinalização do apoio do PRR e da insígnia da UE (Next Generation EU) deve estar colocada em cada um dos locais.

Em determinadas situações é possível substituir o cartaz por um ecrã eletrónico.

Consultar layout dos cartazes no Guia de Comunicação disponível no site Recuperar Portugal
<https://recuperarportugal.gov.pt/comunicacao>

Painéis ou placas permanentes

Os painéis/placas permanentes aplicam-se a projetos de financiamento de trabalhos de infraestruturas ou construção e nos casos de aquisição de objeto físico, com valor superior a € 0,5 M. Estas placas devem ser colocadas até três meses depois de terminada a intervenção. Os modelos devem ter uma dimensão superior a A3. Sugere-se uma dimensão mínima de 40cm (L) x 40cm (A), embora os beneficiários possam optar por modelos de maior dimensão como por exemplo 100 cm (L) x 150 cm (A). Nos casos de investimento em equipamentos estes devem ter um autocolante com a respetiva barra de financiamento.

Consultar layout dos cartazes no Guia de Comunicação disponível no site Recuperar Portugal
<https://recuperarportugal.gov.pt/comunicacao>

Modelos de barras de financiamento

Para facilitar o cumprimento das regras, os quadros seguintes apresentam várias barras de financiamento, adaptáveis à situação de diferentes beneficiários. Dada a diversidade dos projetos financiados pelo PRR, as imagens apresentadas constituem um exemplo a seguir para a construção de barras de financiamento mais adequadas a cada situação.

Nos painéis de obra estão identificados os beneficiários pelo que se desaconselha a utilização de mais logótipos na barra de financiamento. Apenas as insígnias das regiões autónomas são exceção a esta regra. Também neste caso deve ser seguida a ordem apresentada nas barras do financiamento dos exemplos.

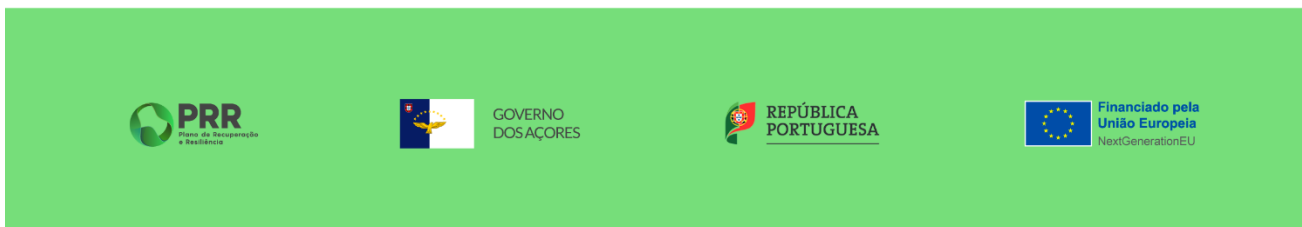
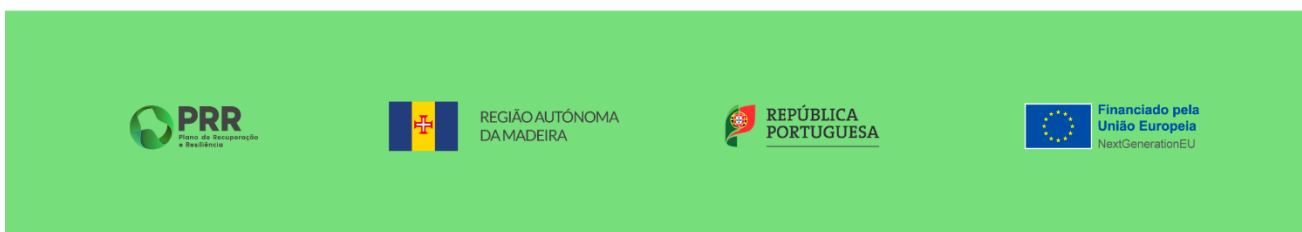
Consultar layout dos cartazes no Guia de Comunicação disponível no site Recuperar Portugal <https://recuperarportugal.gov.pt/comunicacao>

Tendo esta flexibilidade em consideração, as insígnias e logótipos a cores, a preto e a branco serão colocadas em separado no sítio web da EMRP, bem como na página web dos beneficiários diretos e beneficiários Intermediários.

Em regra, a barra de financiamento é construída com o logótipo do PRR, seguido do logótipo da República Portuguesa e, depois, pelo logótipo da UE, com a referência por extenso (Financiado pela União Europeia / Next Generation EU).



No caso das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, a barra de financiamento integra também a insígnia da respetiva região.



As barras de financiamento podem ser utilizadas em monocromia, desde que sejam respeitadas as orientações dos manuais de normas gráficas. A título de exemplo, temos o logo do PRR versão horizontal, a negro. Estes exemplos não dispensam a consulta dos respetivos manuais de normas.

No site da Recuperar Portugal www.recuperarportugal.gov.pt será possível descarregar todos os materiais em versão editável.

Para mais informações contactar: info@recuperarportugal.gov.pt

Exemplo de versão em monocromia:

